

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ OS 3 ANOS

EVALUATION IN CHILDHOOD EDUCATION FROM 0 TO 3 YEARS

Rosemari Conti Gonçalves

RESUMO

O presente artigo aborda os resultados da pesquisa que teve como foco a avaliação na Educação Infantil, buscando levantar aspectos do processo de avaliação do desenvolvimento das crianças até os 3 anos, bem como os instrumentos utilizados. Ao fazer o levantamento bibliográfico no site da SciELO e na ANPEd, foi possível perceber que havia mais artigos relacionados ao tema em foco no site da SciELO, os quais contribuíram para o enriquecimento da pesquisa. Foi realizada uma pesquisa de forma remota com professores da Educação Infantil que lecionam para crianças na referida faixa etária, nos Centros de Educação Infantil da rede particular de ensino no município de Joinville-SC. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário e a abordagem de análise e interpretação dos dados foi a qualitativa. Os resultados apontam que a maioria dos professores compreende a avaliação como um processo somente para as crianças e não como uma prática que avalia todos os envolvidos, principalmente o professor e suas metodologias, o que é fundamental para a melhoria constante da ação pedagógica e, conseqüentemente, para a melhoria da aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Palavras-chave: Avaliação escolar; educação infantil; metodologias.

ABSTRACT

This article deals with results of the research that focus on evaluation in early childhood education, seeking to raise aspects of the process development evaluation of children, up to 3 years old, as well as the used tools. When doing the bibliographic survey on the SciELO and ANPEd, it was

possible to notice that there were more articles related to the subject in focus on the SciELO website, which contributed to the enrichment of the research. A survey was carried out remotely with Early Childhood Education teachers, who teach children in this age, in the Centers of Early Childhood Education in the private school network of Joinville-SC. The research instruments used was a survey and approach of data analysis and interpretation for a qualitative research. Results show that the majority of teachers understand evaluation as a process only for children and do not as a practice that evaluate everyone involved, especially the teacher and its methodologies, which is fundamental for a constant improvement of the pedagogical action and consequently, for an improvement of learning and children's development.

Key-words: *School evaluation; child education; methodologies.*

INTRODUÇÃO

A pesquisa desenvolvida teve como foco a avaliação na Educação Infantil. A ideia de pesquisar sobre esse tema surgiu durante o estágio de docência ao observar professoras avaliando seus alunos menores de 1 ano, utilizando portfólios. Ainda, observou-se que a grande maioria das atividades eram realizadas pelas professoras e não pelas crianças. Diante do constatado, passou-se a refletir sobre como os pais e/ou responsáveis pelas crianças podem acompanhar os avanços no desenvolvimento de suas crianças.

Nesse sentido, decidiu-se por investigar junto aos professores de Educação Infantil como está sendo realizada a avaliação das crianças de 0 a 3 anos. Portanto, delimitou-se como problema de pesquisa investigar aspectos do processo de avaliação das crianças na referida faixa etária, nas escolas de Educação Infantil, no município de Joinville no ano de 2019. O objetivo geral da pesquisa foi o de identificar as metodologias utilizadas na avaliação das crianças de 0 a 3 anos, buscando verificar como ocorre a devolutiva dessa avaliação aos pais e responsáveis e qual a visão dos professores da Educação Infantil sobre a avaliação da aprendizagem.

Conforme Jussara Hoffman,

a relação adulto/criança é inerente ao processo avaliativo. Por isso mesmo, o que se diz sobre uma criança, as “verdades” que são enunciadas, precisam ser sempre repensadas, transformando-se em hipóteses a serem permanentemente investigadas por meio da observação e do diálogo com ela. Sem dúvida, cada uma delas carrega mistérios, pensamentos e sentimentos que lhes tornam únicas. (2018, p. 84).

Diante da escrita da autora, percebe-se a relevância e a necessidade de que os professores pensem e repensem diariamente sua forma de observar e avaliar cada aluno, visando todas as suas características, subjetividades, interesses e o seu contexto social, para que os pais também possam compreender e acompanhar o aprendizado de seus filhos.

Em relação a isso, Oliveira e Araújo complementam,

no enfoque sociológico a relação família-escola é vista em função de determinantes ambientais e culturais. A relação entre educação e classe social mostra um certo conflito entre as finalidades socializadoras da escola (valores coletivos) e a educação doméstica (valores individuais), ou seja, entre a organização da família e os objetivos da escola. (2010 p. 102).

Além de ensinar os conteúdos programados, a escola também tem a responsabilidade de formar um ser humano com valores e princípios, que contribua de forma justa, ética e crítica como cidadão.

Na intenção de organizar as ideias e resultados da pesquisa realizada, inicialmente é apresentado um referencial teórico abordando o conceito e a historicidade do tema. Na sequência, o percurso metodológico traz o nível e o tipo de pesquisa adotados, o instrumento de coleta de dados, sujeitos e local da pesquisa. Em seguida são apresentados os dados coletados, sua análise e interpretação.

Ao final, nas conclusões, buscou-se ressaltar aspectos relevantes que contribuem para responder o problema da pesquisa e apontar novas reflexões, surgidas durante o seu percurso.

REFERENCIAL TEÓRICO

AVALIAÇÃO ESCOLAR: DOS EXAMES À AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As bibliografias apontam que a avaliação que conhecemos hoje, por muito tempo foi uma prática conhecida com o nome de “exame”. Há 1200 anos a.C., na China, havia um imperador que conhecia tão bem seus soldados a ponto de identificar suas competências e habilidades, usando-as para potencializar suas exigências. Com o tempo, essa ideia foi adotada pela burocracia chinesa para selecionar, entre sujeitos do sexo masculino, aqueles que seriam admitidos no serviço público. Portanto, como afirma Garcia (2001, p. 30) “o exame aparece não como uma questão educativa, mas como um instrumento de controle social”.

De acordo com Garcia (2001, p. 31), não há como afirmar que os exames foram praticados na escola. No entanto, Durkheim se refere ao exame na universidade medieval, afirmando que era utilizado para o bacharel, para o licenciado e para o doutor:

estes exames seriam como rituais de iniciação, ou melhor dito, de passagem pois o candidato teria de mostrar um determinado grau de maturidade intelectual adquirido durante a sua escolaridade para poder ser reconhecido como bacharel, licenciado ou doutor. (GARCIA, 2001, p. 31).

Segundo Durkheim (*apud* Garcia, p. 310), no século XV o exame era “um momento em que aquele que se expunha ao ritual era frequentemente ridicularizado por perguntas embaraçosas.”

Garcia (2001, p. 31) afirma que no século XVII surgem duas novas perspectivas de institucionalização dos exames. Uma delas surge em 1657, com Comenius, quando escreve a sua obra intitulada *Didactica Magna* e considera o exame “um lugar de aprendizagem e não de verificação de aprendizagem”, tomando o exame como um problema metodológico. A outra, surge com La Salle, no ano de 1720, em sua obra *Guia das Escolas*, quando defende o exame como “supervisão permanente”, dando ao exame uma conotação de controle.

Como explica Garcia (2001, p. 32), considerando o exame um problema metodológico, Comenius aponta para a importância de se repensar a prática pedagógica no sentido de aprimorá-la para que “todos possam aprender tudo”. Desse modo, para Comenius o exame não era instrumento para a promoção ou qualificação do aprendiz, mas um instrumento para ajudar o professor a perceber o que o aluno ainda não aprendeu e repensar seu método de ensino para que todos aprendessem mais e melhor. Ao contrário, La Salle, “centra no aluno e no exame o que deveria ser resultado da prática pedagógica”, apontando que o importante “é medir resultados do ato de ensinar naquele que aprende.”

Conforme Garcia (2001, p. 35), “o sistema de avaliação instituído no Brasil, melhor dizendo, imposto, acompanha o proposto por La Salle, ainda que talvez disso não tenham consciência os que o formulam.” Para a autora, tal sistema de avaliação reduz o complexo processo de ensino e aprendizagem a números, enfatizando o aspecto meramente técnico.

Luckesi (2011) complementa trazendo aspectos importantes nas práticas dos professores, como por exemplo, deveria ser adotada uma prática pedagógica que fosse satisfatória e competente, que o ensino buscasse contemplar objetivos, tornando assim mais claro para o educando o que ele estaria aprendendo com tais conteúdos, ou seja, entende-se que era necessário que os professores soubessem o que queriam avaliar com tais ensinamentos, o que desejavam alcançar, estimular e realizar durante o processo de aprendizagem.

Para contribuir com tais pensamentos, Hoffmann (2018, p. 72) reforça que “tais objetivos podem nortear o acompanhamento às crianças em toda e qualquer situação de aprendizagem, perpassando toda e qualquer área de conhecimento a desenvolver”. Assim fica mais claro para o professor, para os alunos e até para os pais o que a criança está aprendendo e desenvolvendo.

Só a partir de 1930, que a aprendizagem do aluno passou a ser compreendida como algo importante. “Um americano chamado Ralph Winfred Tyler foi um educador e pensador de grande importância para a educação, principalmente no que concerne à avaliação e desenvolvimento do currículo” (Alves; Saraiva, 2013, p. 02). Ralph Tyler preocupou-se porque uma grande parte dos alunos estava reprovando. Ele acreditava que as práticas pedagógicas dos professores deveriam mudar e que os professores precisavam ser mais cautelosos ao avaliar seus alunos.

No Brasil, a avaliação escolar volta a ser um assunto comentado sobre práticas escolares por volta de 1960 e 1970. Antes disso, eram somente os exames escolares. Em dezembro de 1961, o presidente João Goulart, publicou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 4.024/61, documento que organizou e definiu o sistema de educação brasileiro com base na Constituição e trouxe muitos avanços para a educação. Sobre a avaliação, deixa-se de usar o termo “exames escolares” e passa-se a usar “aferição do aproveitamento escolar”. Passados 10 anos, houve a homologação de outra LDB no ano de 1971, a Lei 5.692/71, em pleno regime militar. Esta vigorou até a promulgação da mais recente em 1996, LDB 9.394/96. Somente a partir da LDB de 1996 é que se passa a utilizar o termo avaliação da aprendizagem, que é como usamos nos dias atuais.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A introdução da Educação Infantil como parte do processo educacional se dá por uma razão pertinente da época, conforme Angeluci *et al*

é inserida na história da Educação Infantil através da expansão da industrialização e a necessidade da presença de mulheres no mercado de trabalho, provocando modificações no que diz respeito à educação dos filhos, aumentando a procura por alternativas de cuidado para as crianças. (2018, p. 73).

Portanto, é possível observar que a Educação Infantil se fez necessária quando a figura materna da criança encontra dificuldades ao decidir entre trabalhar ou cuidar do seu filho. Devido às questões financeiras, era necessário ter com quem deixar seus filhos, com isso surgem as creches no intuito de cuidar da criança. Por muito tempo essas escolas foram vistas apenas como uma assistência aos responsáveis, em contrapartida, foi possível notar que as creches ou escolas de Educação Infantil

estavam fazendo mais que seu papel de cuidar, estavam estimulando, ensinando e aprimorando o desenvolvimento da criança.

A partir da constituição de 1988, a Educação Infantil foi reconhecida como parte do processo educacional. No Art. 208 diz “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, ou seja, a Educação Infantil além de se tornar parte da educação básica, ela também insere as crianças da pré-escola na obrigatoriedade da inserção do aluno na escola.

De acordo com o art. 31, inciso I da LDB, na Educação Infantil, a avaliação deve ocorrer “mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. Isto quer dizer que a avaliação não deve ser feita com o intuito de decidir se o aluno pode ser promovido para o próximo ano, mas sim para perceber o desenvolvimento integral dele. Porém, não traz como deve ser feita esta avaliação, somente que ela não deve ser usada para promoção. Ao se tratar da avaliação na Educação Infantil, é possível identificar outras políticas públicas educacionais no Brasil que também trazem contribuições as metodologias que devem ser inseridas na primeira etapa da Educação Básica. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) afirmam que

uma avaliação seja processual, diagnóstica e formativa, servindo de base para o planejamento das práticas educativas:

Art. 10. As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

I - A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

II - Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

III - A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

IV - Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

V - A não retenção das crianças na Educação Infantil. (BRASIL, 2009)

Conforme as DCNEI, a observação deve ser feita mediante as brincadeiras e todas as interações da criança com o meio propostas pela professora. Em alguns momentos é possível utilizar recursos diferentes como registro de avaliação: relatórios, fotografias, desenhos, portfólios, vídeos, o que for pertinente a ela.

A avaliação de modo geral, é o ato de verificar como está o aprendizado do aluno, utilizando métodos pertinentes para diagnosticar o progresso do aluno em sala de aula. Conforme Hoffmann,

avaliar refere-se a um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, à melhoria do objeto avaliado, onde avaliar não é julgar, mas acompanhar um percurso de vida da criança, durante o qual ocorrem mudanças em múltiplas dimensões com a intenção de favorecer o máximo possível seu desenvolvimento. (2018, p. 13).

Nesse sentido, avaliar demanda um tempo adequado, pois é necessário que o professor tenha em sua metodologia, vários procedimentos didáticos, já que apenas um não é suficiente para avaliar, sendo um ou vários alunos. É papel do professor conhecer o contexto que seus alunos estão inseridos, pois esta informação auxiliará melhor o educador na escolha de recursos e métodos avaliativos. Na avaliação, o foco é o crescimento, o quanto o aluno progride, não só os resultados no fim do processo.

Com isso, “o processo avaliativo está fundamentado em sentimentos e percepções dos avaliadores, uma vez que se interpreta o que se observa das crianças” (Hoffmann, 2018, p. 15). Para conhecer um aluno como parte de um processo avaliativo, é essencial que o professor tenha um olhar sensível sobre aquele aluno, pois cada criança é única e precisa ser respeitada, qualquer detalhe é importante para essa avaliação.

Segundo Hoffmann (2018), o professor precisa acompanhar seu aluno, com o intuito de fazer intervenções pedagógicas, pois só conhecer o aluno não é o suficiente e nem o único objetivo da avaliação. É necessário que o professor reflita sobre o processo de aprendizagem do aluno e busque sempre a melhor solução para auxiliá-lo, contribuindo cada vez mais para seu desenvolvimento.

A avaliação é de caráter fortemente subjetivo comprometendo e envolvendo, sobremaneira, o professor, pois ele irá estabelecer, com cada bebê ou criança, maiores ou menores vínculos intelectuais e afetivos, o que resulta, conseqüentemente, em sentimentos recíprocos de cada criança em relação a esse professor, singularizando a sua forma de ser com um ou outro adulto que dela tomem conta (Hoffmann, 2018, p. 16).

A avaliação, por ser feita individualmente, se torna subjetiva, pois é carregada de impressões do professor. Em sala de aula, professor e aluno, com o tempo, irão estabelecer vínculos de maneira intelectual, afetiva e também subjetiva, alguns mais fortes que outros, tornando-os únicos na sua forma de ser.

Para Hoffmann (2018) é fundamental para a avaliação na Educação Infantil, que o professor tenha curiosidade sobre o seu aluno, sem a intenção de julgar o que lhe é negativo ou positivo, justamente para não avaliar no sentido do que a criança é capaz ou não de realizar e aprender.

Conhecer a criança, engloba também a sua diversidade, ou seja, realidade sociocultural, idade, oportunidades de conhecimento, estrutura familiar, etc.

Na Educação Infantil, como primeiro passo do processo avaliativo, é primordial acompanhar e compreender o desenvolvimento infantil, para a partir daí, planejar a ação pedagógica. Sugere-se então, que os professores reflitam sobre algumas questões, como por exemplo: como uma criança descobre o mundo? Como é sua percepção? Como reconhece sinais de perigo? São perguntas deste modelo que farão com que o professor ofereça experiências ricas e significativas aos alunos, tornando um professor investigativo e mediador.

Conforme Hoffmann (2018, p. 38), “é de vital importância, ao professor, aproximar-se da lógica do pensamento infantil inerente à ação interativa, diferente da lógica do adulto”. É preciso compreender o fato de que a maturidade infantil é diferente da maturidade do adulto, e respeitar isso.

Quando se trata de avaliação, além de compreender o contexto do aluno, é preciso que o local onde ele esteja sendo avaliado seja adequado para isso. Segundo Hoffmann,

o cenário da Educação Infantil deve se constituir em um ambiente de brincadeiras, alegre, desafiador, espontâneo, no sentido de favorecer a exploração livre dos objetos, da vivência de situações adequadas ao tempo da criança, no qual ela possa escolher brinquedos ou parceiros, num ritmo próprio, mesmo que diferente de outras, sem pressões ou expectativas dos adultos a serem cumpridas. (2018, p. 73).

Neste espaço, a função do professor é acolher e dialogar com seu aluno em um ambiente seguro e afetivo para que ele possa de fato trabalhar nas suas funções, onde ele possa orientar, conversar, organizar e propor ricas experiências e oportunidades de aprendizagem.

Para Jussara Hoffmann (2018), a importância deste cenário educativo é que ele motiva o aluno, em que se dá o real desenvolvimento do processo avaliativo. Ou seja, o espaço onde a escola está inserida também faz parte do desenvolvimento, ele contribui para motivar e inspirar, além de oferecer as crianças um ambiente mais confortável e acolhedor.

Os relatórios são feitos através de observações e registros/anotações. Para isso, Jussara Hoffmann (2018) propõe que a observação deve ser um processo contínuo, possibilitando conhecer e compreender cada criança e suas peculiaridades. No dia a dia o professor irá registrar tudo o que observa, seja com anotações ou com fotografias e vídeos para que consiga armazenar o máximo de situações que foram vivenciadas em sala de aula. Esses registros pequenos, ao longo do tempo, irão construir o relatório de avaliação de cada criança. No entanto, este relatório não tem por finalidade julgar ou classificar o aprendizado dos alunos e sim relatar através de uma análise qualitativa toda a história e a passagem dela no ambiente escolar. É preciso então que o professor registre alguns pontos

como: onde a criança apresenta avanços, comentários, interesses, participação e atitudes que a criança vem tomando, em qual área apresenta dificuldades, como a família participa e contribui no desenvolvimento da criança, se ela se relaciona socialmente com outras crianças, se interage com o que o professor traz, enfim, todos os aspectos relevantes que o professor achar necessário compor em seu relatório.

Além disso, muitas escolas utilizam portfólios, na qual Hoffman complementa que,

os portfólios têm por objetivo reunir a documentação referente ao processo educativo vivido/experenciado pela criança ao longo de um determinado período da vida escolar, o que se denomina também por documentação pedagógica, expressão essa que surge nos últimos anos também vinculada à pedagogia de projetos. (2018, p. 117).

Isto é, um documento que armazena todos os registros, atividades, desenhos e fotografias durante todo o ano letivo, e no final ser entregue aos pais.

Para ser entregue aos pais, independente da forma como a escola realiza os pareceres avaliativos, é preciso que seja feito um *feedback* aos pais de como está o andamento dos filhos na escola, na maioria dos casos é feita uma reunião, assim o professor consegue conversar com todos de forma geral e individual e no final entregar a eles, além de trocar ideias e estabelecer vínculos.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa desenvolvida foi a de nível exploratório, que segundo Gil,

estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (2002, p. 41).

A escolha da pesquisa de nível exploratório foi feita por vir ao encontro do objetivo da pesquisa, que era o de levantar aspectos da avaliação das crianças de 0 a 3 anos nas escolas particulares.

Com isso, o procedimento técnico e/ou metodológico para efetivamente conduzir a pesquisa, foi através de uma pesquisa de campo, conforme Lakatos e Marconi,

pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles

referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los. (2003, p. 186).

A pesquisa de campo é realizada com o intuito de adquirir o máximo de informações possíveis, além de observar pontos relevantes para compor a pesquisa.

O instrumento utilizado para a coleta de dados da pesquisa foi o questionário de perguntas abertas, fechadas e mistas. Segundo Lakatos e Marconi (2017) o questionário é um instrumento de coleta de dados, com várias perguntas, que devem ser respondidas por escrito, com ou sem a presença do entrevistador. Ou seja, ele pode enviar para alguém e este alguém encaminhar para quem vai ser pesquisado, ou o próprio pesquisador vai até o local e aplica o questionário, favorecendo assim, em casos de dúvida em alguma questão por exemplo. Em seguida, este questionário após ser respondido, retorna ao pesquisador para serem feitas as análises.

O questionário, contém algumas vantagens para a coleta de dados, assim como, algumas desvantagens também. Vantagens como, economiza tempo, atinge maior número de pessoas, obtém respostas mais objetivas, menos risco de distorção, mais tempo para responder, porém, uma das maiores desvantagens é que alguns questionários não retornam ao pesquisador e quando retornam, acontece de algumas questões não estarem respondidas.

As perguntas dos questionários podem ser abertas, fechadas e de múltipla escolha, quem escolhe no caso, é o pesquisador. As perguntas abertas, permitem ao pesquisado responder livremente, assim sendo mais aprofundada, porém, se torna mais complexa e demorada. Já as perguntas fechadas, são aquelas que o pesquisado escolhe uma entre duas opções para responder, por exemplo: sim e não. É uma estrutura de pergunta não tão livre para o pesquisado, mas que garante mais tempo ao pesquisador na hora das análises, assim como também possui, as perguntas de múltipla escolha, que também são questões fechadas, mas que apresentam uma série de possíveis respostas, possibilitando mais informações, sem prejudicar na tabulação.

Devido a pandemia do novo Corona Vírus, o questionário foi feito *on-line*, através do *Google* Formulários, já que o contato físico no momento não era adequado. A pesquisa foi feita com professoras de escolas particulares de Joinville/SC, onde o acesso aos professores era mais fácil e por haver mais escolas com educação infantil, principalmente, o berçário.

A abordagem utilizada para analisar os dados foi a qualitativa. Segundo André e Ludke este modelo de abordagem possui algumas características como,

a) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; b) os dados coletados são predominantemente descritivos; c) a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida

são focos de atenção especial pelo pesquisador; e) a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. (1986, p. 43)

Através dos conceitos dos autores é possível identificar que a pesquisa qualitativa tem como instrumento principal o pesquisador, em que os dados obtidos dos questionários, como no caso dessa pesquisa, são todos descritos de modo que possa compreender melhor a participação do pesquisador, a fim de garantir que nenhuma informação seja descartada.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

Ao analisarmos o perfil dos sujeitos da pesquisa é possível observarmos que todos trabalham na Educação Infantil há mais de um ano e dos 10 participantes, 6 trabalham de 6 e 10 anos. Quanto a idade, a maioria têm entre 20 e 35 anos, ou seja, são profissionais jovens, o que pode estar relacionado ao fato de que trabalhar com a Educação Infantil exige muito esforço do profissional, tanto físico quanto psicológico. Acredita-se que por isso encontrou-se um público jovem, pois ao longo da carreira, muitos educadores abandonam a profissão por problemas físicos ou por outras questões também relacionadas com as condições para o trabalho. Ainda, é importante lembrar que para se manter no mercado de trabalho é imprescindível que o profissional se atualize a cada ano, buscando e melhorando suas metodologias, bem como novas tecnologias, pois na era digital a informação chega a cada segundo.

Todos os sujeitos da pesquisa são professoras, sendo que uma delas também exerce a função de gestora no período oposto, o que nos mostra como as mulheres ainda são a grande maioria dos profissionais que atuam na Educação Infantil.

De acordo com as respostas dadas, percebe-se que as participantes da pesquisa lecionam para crianças na faixa etária de 2 a 3 anos de idade e que, portanto, não há informações referentes a avaliação das crianças de 0 a 1 ano e 11 meses.

APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A CRIANÇA EM FOCO

O QUE AVALIAR?

A análise e interpretação dos dados coletados foram realizadas tendo presente o fato de que na inserção na escola durante o estágio docente observou-se que eram usados os portfólios como instrumentos de avaliação, sendo que muitas atividades eram feitas pela própria professora. Assim, foram envidados esforços no sentido de compreender aspectos da avaliação na Educação Infantil para uma reflexão dessa prática observada que parece não ter sentido.

Diante dos dados obtidos, observou-se que um dos fatores que contribui significativamente para essa prática é, via de regra, a falta de conhecimento das próprias professoras sobre a avaliação da aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil.

Segundo Pontes e Pessoa

o docente necessita qualificar sua prática em uma perspectiva de Educação Infantil no seu sentido próprio, precisa romper com práticas compensatórias e assistencialistas. Dessa forma, a avaliação no seu sentido restrito de classificação e avaliar somente a criança sem julgar a própria ação docente, perde sentido, dando espaço para práticas avaliativas que consideram os processos de aprendizagem das crianças e não somente resultados obtidos. (2014, p. 25).

Dessa forma, ressalta-se que o professor deve ter clareza de que a avaliação não deve estar direcionada somente para os resultados obtidos pelos alunos, mas que a avaliação também deve contemplar a prática docente. Deve ser instrumento para guiar o professor na retomada do seu planejamento, buscando melhorar sua prática no sentido de contribuir para que as crianças aprendam e se desenvolvam mais e melhor.

Ainda, o professor da Educação Infantil deve compreender que para avaliar suas crianças ele precisa ter um olhar atento e reflexivo, que a observação deve ser constante durante a interação com as crianças e, também, entender o desenvolvimento infantil na sua totalidade. Para Pontes e Pessoa

avaliar o aluno na primeira etapa da educação básica necessita de uma observação reflexiva e cuidadosa pelo professor, processo contínuo e dinâmico em que haja interação entre aluno e professor, além de compreender o desenvolvimento infantil em sua totalidade. (2014, p. 25).

As respostas obtidas na pesquisa apontam que a avaliação praticada está na contramão do alerta feito pelos autores, revelando uma prática avaliativa centrada na criança. Ao responderem sobre o objetivo da avaliação na creche, somente dois dos sujeitos da pesquisa incluem a prática docente no processo de avaliação. O sujeito E afirmou que a partir da avaliação é possível *“fazer os ajustes necessários e/ou replanejar suas metodologias, propostas e, ainda, verificar possíveis falhas ocorridas no processo de ensino aprendizagem durante determinado período.”* O sujeito G deixou claro que compreende a importância da avaliação como instrumento para *“o professor compreender o contexto da aprendizagem, aponta como acontece o desenvolvimento da criança e permite averiguar corrigir e/ou replanejar possíveis falhas no processo de ensino aprendizagem.”* O sujeito G diz que *“por meio da avaliação registramos o que foi observado durante o período acompanhado. Desta forma o professor procura estratégias para mediar da melhor forma o processo de aprendizagem de seu aluno.”*

As respostas dadas pelos demais sujeitos da pesquisa colocam o foco da avaliação somente na criança. Por exemplo, o Sujeito A respondeu que o objetivo da avaliação é *“Notar o desenvolvimento das crianças,* o Sujeito E diz que é para *“Ver se a criança aprende e interagem com as crianças”,* o sujeito H afirma que é para *“Observar o desenvolvimento da criança, individualmente”*. Portanto, pode-se dizer que os professores da Educação Infantil precisam aprofundar/ampliar conhecimentos sobre o processo de avaliação da aprendizagem e desenvolvimento das crianças para ter clareza quanto ao que esse processo envolve.

PARA QUE AVALIAR?

Compreendendo com Esteban (2002, p. 137) que *“avaliando as crianças, as professoras também se avaliam; indagando sobre o processo de aprendizagem, também indagam sobre o processo de ensino”,* pode-se dizer que a avaliação é um instrumento importante para que o professor entenda o contexto da aprendizagem. Além de apontar os avanços na aprendizagem e desenvolvimento da criança, serve para detectar possíveis falhas no processo de aprendizado e auxilia na reflexão do que pode ser feito para corrigi-las.

Nesse sentido, avalia-se não somente para perceber o desempenho do aluno, mas também para perceber o desempenho do professor. Portanto, acredita-se que a avaliação se dá para que possamos ensinar melhor e não somente para verificar o que o aluno sabe ou não sabe.

As respostas obtidas na pesquisa apontam que a avaliação praticada, além de colocar o foco somente na criança como já foi afirmado, tem objetivos distintos para os sujeitos da pesquisa e, ainda,

que esses demonstram não ter clareza da finalidade da avaliação. O Sujeito C diz que se avalia “*para os pais acompanharem o desenvolvimento dos seus filhos*”. O Sujeito I afirma que a “*avaliação serve para: ajudar as crianças nas suas dificuldades, ajudar a criança a ter alto controle, ajudar a criança a se desenvolver, ajudar a criança a ter um bom convívio com outras crianças*”. O Sujeito B diz que o objetivo da avaliação é “*Ver a evolução da criança no desenvolvimento físico e motor.*”

Parece que falta discussão e reflexão sobre o processo de avaliação nas instituições de Educação Infantil, no sentido de garantir uma prática avaliativa alinhada aos documentos oficiais, legislação e concepção de avaliação adotada pela instituição de ensino. Somente dois dos Sujeitos da pesquisa apontam para o fato de que há essa preocupação. O Sujeito E diz que a avaliação praticada na sua instituição foi decidida pelos “*Professores, coordenação, e direção, após estudos e reflexões sobre documentos que normatizam e norteiam o tema avaliação na Educação Infantil*” e o Sujeito B diz que foi decidida pela “*direção, a coordenação pedagógica e nós professores*”. As demais respostas passam a impressão de que as questões referentes a avaliação são impostas o que contribui para a falta de compreensão e para uma prática um tanto equivocada.

COMO AVALIAR?

Conforme as respostas obtidas, observa-se que há um esforço por parte dos professores no sentido de que a avaliação das crianças na Educação Infantil ocorra da forma mais adequada possível, mas que ainda há muito a ser melhorado.

A maioria dos sujeitos afirma que considera importante levar em conta o contexto da criança no momento da avaliação, apontando para a compreensão de que é preciso conhecer a criança na sua individualidade para saber e poder atender suas necessidades. Já, alguns afirmaram que o contexto deve ser considerado dependendo do que está sendo avaliado. Segundo Kellen M. Escaraboto,

acreditamos que conhecer o aluno nas primeiras semanas do ano letivo é fundamental não só para a adaptação da criança no contexto escolar, como também para que o professor saiba com quem e como vai trabalhar, delineando práticas e intervenções consistentes que venham ao encontro das necessidades individuais de cada um. Outro ponto que merece destaque é o de que conhecer o aluno aproxima e transforma relações práticas e cotidianas em relações afetivas. (2007, p. 135).

Para os autores, considerar o contexto da criança auxilia no atendimento às suas necessidades, como também contribui para a relação afetiva entre o professor e a criança. Assim, conhecer o contexto do aluno logo que ele entra na instituição permite ao professor refletir sobre quais

metodologias e práticas serão mais adequadas para cada criança. Assim, o professor também passa a visualizar os possíveis instrumentos de avaliação a serem utilizados.

De acordo com as respostas dadas pelos sujeitos da pesquisa, os instrumentos de avaliação utilizados em sua prática incluem fotografias, vídeos, portfólios, registros escritos, observação, enfim, pode-se dizer que se trata de excelentes instrumentos. Contudo, é preciso saber utilizá-los, caso contrário, não traduzirão com fidedignidade no que a criança avançou e no que ela ainda precisa avançar.

Quanto a periodicidade com que avaliam suas crianças, 6 dos sujeitos da pesquisa disseram que avaliam seus alunos diariamente e 4 a cada 6 meses, ou seja, semestralmente. As respostas desses últimos parecem apontar que entendem que a avaliação ocorre somente quando são feitos os registros oficiais para serem apresentados aos responsáveis, indicando que compreendem que a avaliação ocorre somente ao final de um determinado período. Ressalta-se que a observação das crianças deve ser constante, pois elas demonstram diariamente, por meio de suas atitudes e comportamentos o que vêm aprendendo, desenvolvendo ou o que ainda precisam desenvolver, aprender. Assim, o professor deve estar sempre atento e perceber a necessidade de possíveis mudanças em suas práticas pedagógicas.

Observa-se que as avaliações são descritivas e que as devolutivas dessas avaliações para os pais/responsáveis são em reuniões agendadas de forma coletiva ou individual.

A pesquisa também procurou levantar aspectos da avaliação das crianças no período de pandemia da COVID-19 que causou o isolamento social, levando as escolas a adotar aulas remotas. Segundo as respostas dos sujeitos, a maioria foi feita por meio da observação do material, produção das crianças enviada pela família. Conforme o Sujeito G *“a avaliação do próprio semestre foi enviada virtualmente e aconteceu de maneira on-line individualmente com o responsável da criança. Foi repassado algumas observações nos encontros on-line, participação, interesse e concentração da criança nesses momentos com a professora e os amigos. Também por meio de fotos, e vídeos enviados pela família, da criança realizando a atividade, tarefa ou o próprio registro efetuado. E mantendo diariamente a comunicação com os responsáveis, anotando o que eles também vêm observando em casa e vem relatando para nós. Fortalecendo a relação família/escola nesse momento cheio de desafios para todos”*.

Já, dois dos sujeitos revelam em suas respostas que nesse período não estão avaliando suas crianças. O Sujeito B diz que *“não estou fazendo”* e o Sujeito C *“não estou ciente”*, o que nos leva a inferir que a escola não se preparou e/ou não orientou seus professores sobre o assunto.

Ao finalizar o questionário, foi proposto que os sujeitos deixassem sugestões quanto ao processo avaliativo. Dentre elas, o Sujeito B afirma que *“A música é uma sugestão muito boa para*

avaliar as crianças, através da música você pode avaliar linguagem, coordenação motora, socialização, ritmo, enfim podemos avaliar muitas coisas através da música.” Pode-se considerar que houve um equívoco de conceito nesta resposta, pois a música não é o instrumento de avaliação, mas sim o meio utilizado na avaliação. Compreende-se que o instrumento é a observação da professora durante a utilização da música conforme os objetivos a serem atingidos. Para Godoi

a música é uma importante ferramenta pedagógica para auxiliar as crianças em seu desenvolvimento, se planejada e contextualizada. A prática da educação musical na educação infantil está relacionada a cultura e aos saberes que os educadores trazem de suas experiências pessoais, às vezes até do senso comum, pois, como vimos, a formação musical específica dos professores da educação infantil é muito rara. (2011, p. 24)

Assim como a resposta do sujeito B, as respostas dos demais Sujeitos nessa questão apontam que há muito o que discutir, refletir e melhorar no processo de avaliação das crianças na Educação Infantil. Por exemplo, o Sujeito I diz que as avaliações *“sejam feitas com respeito, e sem julgamentos, não olhando só para os defeitos das crianças, mas sim exaltando também o que há de melhor em cada criança”*. O Sujeito A diz que é preciso *“Avaliar mais o desenvolvimento social e cognitivo da criança”*, dando a impressão de que a avaliação realizada não contempla todas as dimensões do desenvolvimento da criança. O que deveria ocorrer, pois o nosso compromisso deve ser com a educação integral de nossas crianças.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades. (BRASIL, 2017).

Outra resposta que chama a atenção é a do Sujeito G que afirmou que *“a avaliação não seja feita como uma cobrança ou obrigação, mas sim com a preocupação de que aquela avaliação ajudará os responsáveis e o próprio aluno, de maneira agradável.”* Tal sugestão parece apontar que os professores avaliam somente por uma exigência burocrática e não compreendem a avaliação como

parte integrante do processo de ensino e aprendizagem que *a priori* já deve ocorrer de maneira lúdica e prazerosa para a criança.

Ainda, o Sujeito J diz que “*a avaliação tem que ser feita em um todo, não adianta apenas falar bem do aluno! Os pais têm que ser orientados sobre o desenvolvimento, habilidades e dificuldades de seus filhos!*”. Diante do exposto, pode-se inferir que os resultados da avaliação apresentados aos pais não são fidedignos ao processo de avaliação da criança. Portanto, remete ao observado na ocasião do estágio da prática docente, quando algumas das atividades do portfólio da criança eram realizadas pela própria professora. Fato que motivou a realização da presente pesquisa, como já foi afirmado. Na sequência o mesmo sujeito acrescenta que “*Em sala de aula não é tudo lindo sempre!*”. Desse modo, parece que há um esforço por parte dos professores em mostrar aos pais uma situação ideal, perfeita, descaracterizando o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Somente nas respostas dos Sujeitos E e F encontramos indicações de que possivelmente a avaliação realizada contempla aspectos importantes para ser considerada uma prática avaliativa com a intencionalidade de contribuir para a aprendizagem das crianças e para a melhoria da ação pedagógica. O primeiro sujeito diz que devemos “*Respeitar o contexto em que a criança está inserida, o seu tempo e sua maturidade, realizando os ajustes necessários e/ou replanejando as vivências que contemplam as propostas de sequências didáticas continuamente, assim como possíveis falhas no processo de ensino aprendizagem.*” O segundo, registra que “*Observe e registre seus principais apontamentos. ... Converse com os alunos. ... Elabore relatórios e dossiês. ... Dialogue com os pais para entender o contexto familiar da criança. ... Crie formas de autoavaliação para as crianças. ... Aposte nas avaliações diagnósticas*”.

Finalizando, ressalta-se que é possível observar que os professores demonstram, via de regra, dificuldades na compreensão do processo de avaliação e, portanto, acabam apresentando em sua prática algumas questões que precisam ser revistas. Poucos são os que apresentam os conhecimentos necessários, bem como uma prática pedagógica que contempla o processo avaliativo como ele deve ser.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi abordado o tema Avaliação Escolar na Educação Infantil até os 3 anos de idade. O objetivo da pesquisa foi o de compreender como o profissional da Educação Infantil avalia as crianças mais novas e de que forma, quais instrumentos e quais suas metodologias, por exemplo.

Os resultados obtidos apontam que, via de regra, os sujeitos da pesquisa compreendem a avaliação somente como instrumento que avalia a criança, deixando de considerar os demais elementos envolvidos, principalmente ao que se refere a prática do professor.

Portanto, pode-se dizer que os dados obtidos mostram fragilidades no processo de avaliação da aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, apontando para o fato de que é preciso maior clareza quanto a concepção de avaliação colocada para essa etapa da Educação Básica. Ainda, observou-se a ausência da compreensão do processo de avaliação como instrumento que deve contribuir para a percepção do que deve ser modificado na prática pedagógica para que haja melhoria na qualidade do ensino.

Diante dos dados coletados constatou-se a necessidade de se pesquisar de forma mais detida sobre como as atividades avaliativas são elaboradas, o conteúdo dos citados portfólios, bem como dos vídeos, fotos e registros escritos. Levantando, por exemplo, o que consta nas avaliações descritivas entregue aos pais. Assim, fica a indicação para a realização de pesquisas futuras, após período de isolamento social, quando houver a possibilidade de inserção no campo de pesquisa.

Acredita-se que a presente pesquisa contribui significativamente com pedagogos da Educação Infantil, trazendo uma reflexão sobre a complexidade do processo de avaliação das crianças, apontando que existem muitos aspectos para serem aprimorados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francione Charapa; SARAIVA, Rochely Silva De Lima. Ralph Winfred Tyler e os princípios básicos da avaliação do currículo. **Repositório digital da UFC**. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/39704/1/2013_eve_rslsaraiva.pdf> Acesso em: 22 set. 2020.

ANDRÉ, Marli E.D.A.; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986. Disponível em: <<http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1605/1577>> Acesso em: 08 out. 2020.

ANGELUCI, Alan César Belo; BAENA, Priscila Mota Ferreira; GASQUEZ, Vanessa Martos. Avaliação na educação infantil no contexto histórico. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia/Unesp**, Presidente Prudente, v. 29 n. 3. p. 68-80, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5195>> Acesso em: 22 set. 2020.

ARAÚJO, Clausy Maria Marinho; OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 27, n. 1, pág. 99-108, março

de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2010000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil**. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18. dez. 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/1996**. Ministério da Educação: Brasília, 1996.

ESTEBAN, Maria Teresa. A avaliação no processo ensino/aprendizagem: os desafios postos pelas múltiplas faces do cotidiano. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 129-137, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 nov. 2020.

ESCARABOTO, Kellen M. Sobre a importância de conhecer e ensinar. **Relato de experiência**, USP, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pusp/v18n4/v18n4a09.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GARCIA, Regina Leite. Avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso. In: ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOI, Luis Rodrigo. **A importância da música na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de curso - UEL, Londrina, 2011. Disponível em: <https://www.meloteca.com/wp-content/uploads/2018/11/a-importancia-damusica-na-educacao-infantil.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017.

_____, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

MIRANDA, Margarida. *A Ratio Studiorum* e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa moderna. **Humanitas**, n.º. 63, 2011, p. 473-490. Disponível em: https://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas63/26_MMiranda.pdf Acesso em: 12 out. 2020.

PESSOA, Raquel Maynard Lucena; PONTES, Elizabete Guimarães. A importância da avaliação do desenvolvimento da criança na educação infantil. **Repositório digital da UFPB**, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4003/1/EGP25072014.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

Rosemari Conti Gonçalves

Possui graduação em Pedagogia-Habilitação Supervisão Escolar pela Faculdade Cuiabana de Educação e Letras (1992), especialização em Administração e Supervisão Escolar pela Faculdade de Ciências e Letras Plínio Augusto do Amaral (1996) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Atualmente é professora da Associação Catarinense de Ensino, Joinville/SC.

Recebido em 25 de abril de 2025.

Aceito em 30 de agosto de 2025.